

Por Florisval Meinão (*)

Existe uma natural preocupação com a sobrevivência dos planos de saúde. A atual crise econômica tem gerado diminuição do poder aquisitivo da população, enquanto os custos em saúde aumentam em maior velocidade do que diversos indicadores econômicos. Isso acontece em virtude da incorporação de tecnologia, medicamentos mais modernos com custos mais elevados e inclusão constante de novos procedimentos médicos.

Se olharmos por este ângulo, o cenário já é bastante preocupante. A capacidade de custear o sistema depende exclusivamente do poder aquisitivo dos usuários que enfrentam dificuldades para absorver os aumentos anuais. Só no último ano, os reajustes foram em média de 15%, quase o dobro dos índices inflacionários.

No entanto, saúde é um item prioritário na planilha de custos de qualquer família. Ainda mais porque o sistema único de saúde não consegue oferecer atendimento adequado dentro dos padrões. Enfim, não atende as expectativas da significativa parcela da população que optou por adquirir um plano de saúde. As dificuldades de acesso, as longas filas para marcação de consultas ou cirurgias, as unidades de emergências superlotadas fazem com que as famílias reorganizem seus orçamentos domésticos priorizando a contratação de uma empresa de saúde suplementar.

Os fatos comprovam esta opção. Até o momento, não houve redução importante de usuários do sistema privado a despeito do desemprego crescente.

Apesar desta trajetória aparentemente positiva, dentro de um cenário turbulento de crise econômica, que segundo os especialistas será longa e de desfecho imprevisível, é preciso apontar soluções para minimizar o impacto econômico no setor. É fundamental encontrar meios de racionalizar os gastos e mantê-los compatíveis com a capacidade financeira dos usuários.

É essencial a implantação de medidas que permitam reduzir o uso excessivo e muitas vezes desnecessário da tecnologia de alto custo; além de solucionar de vez os conflitos judiciais por onde escoam boa parte dos recursos. É imperioso também o desenvolvimento de programas de medicina preventiva e outras medidas correlatas.

Estas e outras soluções passam obrigatoriamente por uma harmonia entre todos os agentes do sistema, pelo bom relacionamento de operadoras de saúde e sua rede de médicos e demais profissionais e por ações eficientes do órgão regulador, a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

(*) **Florisval Meinão** é presidente da Associação Paulista de Medicina.

Fonte: Acontece, em 03.09.2015.